

EDUCAR PARA DIVERSIDADE: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONVÍVIO DAS DIFERENÇAS

Ana Carolina de Lima Feorenzano¹

Ana Maria Amado²

Andressa Maranhão Sirigu³

Camila Vilas Boas de Almeida⁴

Gabriel Antonio Parra Valhejo⁵

Gláucia Milla Soares Campos⁶

Kamila Moreira Scaco⁷

Talia Regina de Oliveira⁸

Lucylena Amaral Picelli⁹

Maria do Carmo Oliveira Nogueira¹⁰

Vivianne Augusta Pires Simões¹¹

FEORENZANO, A. C. de L.; AMADO, A. M.; SIRIGU, A. M.; ALMEIDA, C. V. B. de; VALHEJO, G. A. P.; CAMPOS, G. M. S.; SCACO, K. M.; OLIVEIRA, T. R. de; PICELLI, L. A.; NOGUEIRA, M. do C. O.; SIMÕES, V. A. P. Educar para diversidade: a escola como espaço de convívio das diferenças. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 18, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2018.

RESUMO: O projeto tem por finalidade investigar teoricamente sobre o educar para a diversidade e sua formação docente no convívio escolar, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em

DOI: 10.25110/educere.v18i1.2018.6801

¹Acadêmica de Pedagogia - PIC-UNIPAR. E-mail: anacaolfiorenzano@hotmail.com

²Acadêmica de Psicologia - PIC-UNIPAR. E-mail: anamaria_amado@hotmail.com

³Acadêmica de Pedagogia - PIC-UNIPAR. E-mail: pedgdres@gmail.com

⁴Acadêmica de Pedagogia - PIC-UNIPAR. E-mail: camilavilasboas@hotmail.com

⁵Acadêmico de Pedagogia - PIC-UNIPAR. E-mail: bielparra30@gmail.com.

⁶Acadêmica de Pedagogia - PIC-UNIPAR. E-mail: glauciamilla@gmail.com.

⁷Acadêmica de Psicologia - PIC-UNIPAR. E-mail: kamilahyz@gmail.com

⁸Acadêmica de Pedagogia - PIC-UNIPAR. E-mail: taliaregina007@gmail.com

⁹Mestre em Educação pela UFU-Universidade Federal de Uberlândia. Docente da UNIPAR. Universidade Paranaense. E-mail: luamaral@prof.unipar.br

¹⁰Mestre em Educação pela UFU-Universidade Federal de Uberlândia. Docente da UNIPAR. Universidade Paranaense. E-mail: nina@prof.unipar.br

¹¹Mestre em Educação pela UFU-Universidade Federal de Uberlândia. Docente da UNIPAR. Universidade Paranaense. E-mail: vivianne@prof.unipar.br

Direitos Humanos Parecer CNE/CP N°. 08/2012. A escola é um lugar de convivência com a diversidade, é um espaço privilegiado para discussões de questões referentes aos direitos humanos e sensibilização dos estudantes quanto a seus direitos fundamentais. A diversidade, entendida como construção histórica, social, cultural e política das diferenças, realiza-se em meio às relações de poder e ao crescimento das desigualdades e da crise econômica que se acentuam no contexto nacional e internacional. A presente pesquisa tem por metodologia a pesquisa bibliográfica sobre o conceito da diversidade, buscando problematizar e articular seus desdobramentos às questões pertinentes à Educação e à diversidade, possibilitando um espaço de discussão, construção e desconstrução de saberes, discursos e práticas educativas na área de formação docente.

PALAVRAS CHAVE: educar, escola, diversidade, formação docente.

EDUCATION FOR DIVERSITY: SCHOOL AS A SPACE FOR LIVING WITH DIFFERENCES

ABSTRACT: The project aims at holding a theoretic investigation about educating for diversity and its teacher training within the school community, as provided in the National Curricular Guidelines for Human Rights Education CNE/CP No. 08/2012. The school is a place of coexistence with diversity; it is a privileged space for discussing issues related to human rights and raising students' awareness of their fundamental rights. Diversity, which is understood as the historical, social, cultural and political construction of differences, takes place in the midst of power relations and the growth of inequalities and economic crisis accentuated in the national and international context. This research has held a literature review on the concept of diversity, seeking to problematize and articulate unfolding issues related to Education and diversity, thus enabling a space for discussion, construction and deconstruction of knowledge, discourses and educational practices in the teacher education area.

KEYWORDS: Diversity; Shool; Teach; Teacher training.

EDUCAR PARA LA DIVERSIDAD: LA ESCUELA COMO ESPACIO DE CONVIVENCIA DE LAS DIFERENCIAS

RESUMEN: El proyecto tiene por finalidad investigar teóricamente sobre el educar para la diversidad y su formación docente en la convivencia escolar, prevista en las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación en Derechos Humanos Dictamen CNE / CP N°. 08/2012. La escuela es un lugar de convivencia con la diversidad, es un espacio privilegiado para discusiones de cuestiones referentes a los derechos humanos y sensibilización de los estudiantes en cuanto a sus derechos fundamentales. La diversidad, entendida como construcción histórica, social, cultural y política de las diferencias se realiza en medio de las relaciones de poder y al crecimiento de las desigualdades y de la crisis económica que se acentúan en el contexto nacional e internacional. La presente investigación tiene por metodología la investigación bibliográfica sobre el concepto de la diversidad, buscando problematizar y articular sus desdoblamientos las cuestiones pertinentes a la Educación y la diversidad, posibilitando un espacio de discusión, construcción y desconstrucción de saberes, discursos y prácticas educativas en el área de formación docente.

PALABRAS CLAVE: Educar, Escuela, Diversidad, Formación docente.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade, sem dúvida, é composta por uma imensa diversidade, na qual revela a grande beleza da humanidade. Ou, pelo menos devia entoar isso. Assim, a diversidade implica as diferentes considerações, que em sua maioria residem dentre os símbolos da cultura, fazendo com que haja nesta a compreensão distorcida de que há um padrão a ser seguido, sendo este, presente em meio à sociedade.

Contudo, sabemos que esse fator é algo que desencadeia nos sujeitos, sentimentos de exclusão e preconceito, visto que, algumas culturas sobressaem-se como melhores e/ou superiores às demais.

Frente a isso, a escola deve assumir seu papel como instituição social e formadora de cidadãos, com intuito de transformar a precária realidade que possuímos por meio de sua atuação no meio.

A diversidade está presente em toda a sociedade, aonde quer que se vá, certamente encontrar-se-á a diferença / a diversidade e, nas escolas isso não é diferente. Hoje nas instituições de ensino, principalmente na rede pública, os bancos escolares não são apenas preenchidos por uma

única “classe” humana, ou seja, por uma singularidade étnico-racial ou social, senão por uma vasta diversidade de sujeitos, cada qual com suas especificidades, quer dizer, cultura, valores, etnia, classe, crenças, na qual todos juntos constituem o perfil da escola.

Ainda, de acordo com Gomes (2008, p.18 apud HANNA, 2012, p. 3) a diversidade se “faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiência de sociabilidade e de aprendizagem”. Não se pode mais ser permitido à exclusão ou a falsa inclusão de um determinado grupo no meio social, principalmente os mais prejudicados por esse fator, sobrepunja o ambiente escolar.

“O que cada um deles é, ao chegar à escola, é fruto de um conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes espaços sociais” (DAYRELL, 1996, p. 06). Nesse sentido, o papel crucial da escola é formar sujeitos capazes de compreender estas diferenças e, acima disso, ser um agente transformador da sociedade, a fim de que a diversidade possa ser vivida e compartilhada como patrimônio cultural de um país.

2. DIVERSIDADE: EXISTE TAMBÉM, NA ESCOLA

Nas últimas décadas, pudemos testemunhar a universalização da educação básica na América Latina e a consequente expansão das redes públicas de ensino. No novo panorama educacional, a formação docente para inclusão constitui um dos maiores desafios para construir sistemas educacionais inclusivos que constituem o meio mais eficaz para combater a exclusão educacional e promover a inclusão social de todos (as).

A relação entre desigualdade e diversidade tem ocupado um lugar de maior destaque no debate contemporâneo. No que se refere à diversidade, Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011) refletem que a sua discussão, com enfoque na heterogeneidade de culturas que marca a sociedade atual, é realizada em oposição ao modelo de Estado-nação moderno, liberal e ocidental e se faz presente em grande parte dos países do mundo.

Isso nos remete a Paulo Freire quando escreve em Pedagogia da autonomia que:

Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter

por mim mesmo. [...] o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros (FREIRE, 2014, p. 21).

Embora a Constituição Federal (1988, art. 5º) assegure que todos são iguais perante a lei e que muitas pessoas considerem essa igualdade numa perspectiva de “humanidade” – em que todos são iguais porque são humanos, declarando que o respeito e tolerância de todos para com todos é fundamental – todos os seres humanos são diferentes e se formam a partir de experiências históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas diferentes.

A questão da igualdade pela humanidade não acentua as diferenças, mas a igualdade e, uma vez que o ser humano convive socialmente com o intuito de ter bens materiais, adquirir status, estar numa posição social privilegiada, a concepção de igualdade torna-se utópica. Dessa forma, considerar as questões sobre a diversidade, numa perspectiva multiculturalista, é discutir que não se pode fazer uma hierarquia entre as culturas. Todas são equivalentes, uma cultura não é superior a outra, todas devem ser consideradas.

Neste sentido, escola é um lugar de convivência com a diversidade, é um espaço privilegiado para discussões de questões referentes aos direitos humanos e a sensibilização dos estudantes quanto a seus direitos fundamentais, em que diferentes grupos, identidades e culturas manifestam-se buscando reconhecimento.

Neste parâmetro, a diversidade, é entendida, como construção histórica, social, cultural e política das diferenças, na qual realiza-se em meio às relações de poder, ao crescimento das desigualdades e da crise econômica que se acentuam no contexto nacional e internacional.

Porém, por vivermos numa sociedade de supremacia branca e machista, que dita uma série de regras e normas de condutas consideradas “normalidades”, que são padrões a serem seguidos, todos os movimentos que destoam desses padrões impostos são considerados “anormais” e não são aceitos. E na escola, como na sociedade, convivem dois extremos: o grupo dominante e as ditas minorias (negros, índios, homossexuais, mulheres, pobres e outras classes que sofrem diferentes discriminações).

Com esta convivência, é impossível pensar questões culturais e de direitos humanos sem pensar nas questões de poder, muito menos negar, neste debate, os efeitos da desigualdade socioeconômica sobre toda a sociedade e, em especial, sobre os coletivos sociais considerados diversos.

Neste enfoque, coloca-se como uma proposta que abrange o todo, mas que ao mesmo tempo é falha, por ainda considerar pressupostos simples, a uma complexidade que se mantém desde a estrutura hierárquica, lidando assim somente com as barreiras superficiais.

“O “arco-íris” de culturas em nossas escolas faz com que o trabalho docente seja mais complexo, mais difícil mesmo. Demanda considerar como se faz viável despertar o interesse de alunos/as tão diferentes, atender às especificidades de distintos grupos, problematizar relações de poder que justificam situações de opressão, assim como facilitar a aprendizagem de todos/as os/as estudantes. Ao mesmo tempo, a multiplicidade de manifestações culturais e de identidades torna a sala de aula rica, plural, estimulante, desafiante.” (STOER & CORTESÃO apud MOREIRA; CÂMARA, 2008, p. 46 apud HANNA, 2012, p. 04).

Em suma, não se trata de um trabalho simples ou que não envolva o planejamento, trata-se de um trabalho que englobe todos os agentes que participam do processo de ensino e aprendizagem, onde enfocados no planejamento e conhecedores da realidade que possuem, arquitetarão as nuances necessárias, a fim de internalizar nos indivíduos que não são as igualdades que os unem, mas sim as diferenças existentes, que, inclusive, denota neste aspecto a grande beleza existente na sociedade. Alcudia et al (2002, p 14) nos traz que “a diversidade entre os seres humanos ou entre seus grupos e a singularidade individual entre os sujeitos, são condições de nossa natureza”.

3. EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE

A sexualidade se faz presente em todo o desenvolvimento físico e psicológico dos indivíduos manifestando-se ao longo de sua vida, devido

a isso esta temática, segunda Weeks (2007) apud Silva e Santos (2013) vem sendo discutida e analisada nos processos educacionais, haja vista estar envolta de valores, relações, princípios, comportamentos, crenças e desejos constituídos ao longo do tempo.

Não é uma tarefa fácil a discussão sobre sexualidade nas instituições escolares, pois na sua grande maioria, gera uma visão muito limitada, principalmente, quando em fatores históricos não há um entendimento sobre a evolução de comportamentos e costumes, o que por sua vez provoca grande variedade de sentimentos e dúvidas nas crianças.

Ainda hoje nas salas de aula, a maior parte dos professores encontram grandes dificuldades em trabalhar a educação sexual, devido estar somente ligada em métodos de prevenção de gravidez ou DST (doenças sexualmente transmissíveis), por exemplo.

Segundo Leite e Maio (2003, p.4) “mesmo havendo significativas mudanças na sociedade, algumas condições culturais e ideológicas de gênero e sexualidade se encontram em constantes transformações e outras se mantêm em diversos campos de socialização”. Ressaltando que se torna impossível separar a escola das discussões sobre sexualidade, pois ela estabelece um papel importante na construção da subjetividade dos sujeitos e grupos, exigindo um olhar das políticas e programas educacionais e, conseqüentemente das instituições de ensino.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs trazem que o trabalho de orientação sexual na escola deve ser de problematizar, levantar questionamentos e, também, discutir diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, assim se criará a possibilidade do aluno formar sua opinião e realizar suas próprias escolhas (BRASIL, 1997, p.121).

“As manifestações sexuais que aparecem na escola demonstram, a cada momento, as dificuldades que as instituições educativas apresentam quando tratam da temática da sexualidade em seu cotidiano” (MAIO, 2011 p.182).

A maturidade para lidar com este tema é crucial, e como garante as legislações de ensino, é tema que não pode ser ocultado, a escola sendo formativa para a continuidade da educação familiar deve estar preparada para trabalhar com todas as vertentes e aspectos em relação à sexualidade de seus alunos.

[...] “O que percebemos em parte é que apesar das tentativas da introdução da educação sexual por meio de projetos de lei, o silêncio encontra embutido nesses espaços, pois as discussões que se travam teoricamente não são concretizadas, uma vez que muitas escolas consideram essas discussões como algo vergonhoso, desrespeitoso, feio” (LEITE e MAIO, 2013 p.9).

Enfim, quando há um fortalecimento ético, educacional, legal e social voltado à construção de identidades e personalidades humanas na formação de professores, há a inclusão às diversidades. E desta forma, libertar-se de tabus, é compreender o respeito à pessoa humana em todas as suas circunstancialidades, é compreender o direito de ser diferente na sociedade e de ter as garantias do direito à própria sexualidade, à identidade e a construção de sua própria personalidade.

4. LIVROS DIDÁTIVOS E AS QUESTÕES ÉTNO-RACIAIS NA ESCOLA

O livro didático é um instrumento fundamental na construção do conhecimento e da identidade do educando. Segundo Mota (2009, p. 71) apud Kátia Abud “o livro didático é o construtor do conhecimento histórico daqueles cujo saber não vai além do que lhes foi ensinado na escola”. Portanto, a escolha deste deve implicar reflexões a fim de evitar a transmissão de conhecimentos de cunho ideológico, que se refira a supremacia de uma etnia em detrimento de outras.

Neste sentido, é um mecanismo importante que auxilia tanto educadores quanto educandos no processo de construção do conhecimento e da identidade. Mesmo sendo um instrumento crucial para a educação, este também abarca diversas ideologias que incidem no modo pelo qual os educandos estão sendo formados. Segundo Ananias (2009, p. 05) “independentemente de se tratar de escolas públicas ou privadas, os livros didáticos funcionam como instrumento de reprodução ideológica”. Silva corrobora com a afirmativa supracitada ao afirmar que

“no livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe mé-

dia. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência” (2005, p. 21).

Na maioria das vezes, esses livros abordam intrinsecamente ideologias contra a imagem do negro, em que esses aparecem de forma estereotipada, tendo sua história simplificada a ser apenas subordinado aos brancos, acarretando uma supervalorização (superioridade) da cultura branca em detrimento (inferioridade) da negra.

Temos em veiculação a busca de uma sociedade mais “homogênea”, na qual todos os indivíduos devem se aproximar das características da cultura branca, em que o negro é visto como algo mau e inapropriado.

Em decorrer dessas ideologias incorporadas nos livros didáticos, o professor dispõe de um papel fundamental na perpetuação ou emancipação dessas, dependendo de sua ação pedagógica. Segundo Silva (2005, p. 23) “o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipos não percebidos pelo professor”. Devido a isso ocorre a importância de obter reflexão e criticidade na escolha do livro didático, para evitar a transmissão de ideologias que estejam ligadas a supervalorização do branco e a marginalização do negro, visto que isso gera na criança negra uma auto-exclusão e um sentimento de não pertencimento a esse grupo social que afeta, diretamente, na construção de sua identidade.

Desse modo como proferiu a Conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2006, p. 25) “não se trata simplesmente de incluir os negros e integrá-los numa sociedade que secularmente os exclui e desqualifica, mas oferecer uma educação que lhes permita assumir-se como cidadãos autônomos, críticos e participativos”.

5. PLURALIDADE CULTURAL: RIQUEZA ESCOLAR

O Brasil é considerado um país com grande diversidade cultural, variados e diferentes grupos étnicos, com diversos costumes, tradições e crenças. Desde a colonização do Brasil, os seres humanos se deslocam para este país, o que nos enriquece cultural e socialmente, visto que este fenômeno é uma de nossas maiores riquezas, mas que gera muitos conflitos e preconceitos.

A quebra deste paradigma é algo que deve ser constituído nos

sujeitos desde sua concepção da pessoa humana, a fim de que sejam modificados os pensamentos desvairados e as culturas possam ser celebradas com harmonia, respeito e fraternidade, e, quando isto não acontece no berço familiar entra a ação da escola, instituição formadora de sujeitos constituídos de moral, ética, cidadania e democracia, ou seja, agentes transformadores da sociedade.

A pluralidade cultural é constituída por grupos sociais ao longo de um determinado tempo e espaço e, é transmitida por meio das gerações, da oralidade, da escrita, da linguagem, abrangendo o constituinte que é a sociedade.

De acordo com Gonçalves (2004, p.72 apud Souza et al., p. 07) “A temática da pluralidade cultural diz respeito ao conhecimento e a valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e a crítica às relações discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal”.

A partir do momento que a desigualdade e a discriminação, sejam elas racial, social, cultural ou ética, são produzidas, denominamos de exclusão social e, são nestes momentos que a escola deve intervir apresentando uma possibilidade de mudança nessas situações. Também, visto que as instituições escolares sendo formadoras de indivíduos conscientes devem fazer com que seus alunos reconheçam e respeitem essa variedade cultural, deste modo, valorizando a diversidade.

Como diz Freitas (2012, p.28) “Não é necessário buscar mundos distantes para vivenciar a experiência de conviver com o 'outro': a sala de aula pode ser um espaço privilegiado para o exercício da experiência de aprender com a diversidade”. No entanto, sabe-se que essa função torna-se difícil, à medida que se trata de uma inserção histórica de homem constituído com vestígios de camadas em que uma é melhor que a outra, na qual as gerações acabam transmitindo o *status quo* umas às outras, tornando cada vez mais complexo ver a quebra deste paradigma.

As instituições escolares proporcionam ou deveriam propor aos

estudantes, professores e funcionários uma convivência com diferentes grupos de maneira positiva. Segundo a referência que Souza faz dos PCNs (documento da Pluralidade Cultural e Orientação Sexual):

“O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõe a sociedade” (SOUZA apud BRASIL 1998, p.8).

Compreendendo que a nação brasileira em sua primeira constituição é tríplice, e que na junção destas etnias já recebemos uma imensa gama de culturas diversas, é inadmissível em pleno século XXI, considerarmos que uma raça pode-se sobrepujar à outra. Dessa forma, deve ser transcendente o estabelecimento de que esse espaço escola terá essa diversidade e que o respeito deve sempre existir, para uma melhor relação interpessoal com os atores escolares e da comunidade que a cerca. Portanto, o professor é o principal mediador na sala de aula, tendo uma maior responsabilidade com essa inserção para que a tolerância e o respeito sejam moedas de trocas educativo-sociais.

6. FORMAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE PARA A DIVERSIDADE

Os propósitos da sociedade, na contemporaneidade, requisita que a escola reavalie os seus processos educativos e seus compromissos como formadora de cidadãos, cuja demanda se estabelece no fortalecimento da diversidade humana, na necessidade de garantias de seus direitos para uma sociedade globalizada.

Assim, o redesenho de projeto desta escola insiste em que seja acolhedora e norteadora dos discentes, pois se objetiva cidadãos com valores sólidos e reconhecedores de seu papel, isto deve estabelecer-se pela mediação de seus docentes com práticas inovadoras.

Atualmente, tem-se visto e ouvido muito sobre as diversidades, mas sua abordagem tem sido pouco trabalhada nas escolas como deveria,

visto que inúmeros professores não estão preparados adequadamente para este tratamento em sua formação.

Vale ressaltar que, os cursos ensinam sobre os conceitos de diversidade, mas há pouca relação destes com a realidade vivida e há grandes dificuldades em se trabalhar ativamente sua prática, sendo infecundo o trabalho dos docentes diante dessa diversidade.

Entretanto, a causa de muitos conflitos enfrentados no interior da escola está diretamente ligada a falta de competência e atitudes proativas à diversidade, não apenas com os professores / alunos, mas de toda a comunidade. Pode-se afirmar que o ponto fraco é o despreparo em vivências e experiências éticas para abordar a diversidade de maneira eficiente, pois as aulas são ministradas muitas vezes frente ao que está posto, deixando de lado as realidades dos indivíduos.

Segundo Silva (2010), a sala de aula é um ambiente que se caracteriza pela diversidade presente em meio aos diferentes tipos de alunos que a compõe. Ela se constitui como um termômetro pelo qual se mede o grau de febre das crises educacionais e é nesse micro espaço que as mudanças do ensino verdadeiramente se efetivam ou fracassam.

Para González, o intermédio em educação familiar e escolar, é o equilíbrio para a definição de diversidade, já que, o comportamento adquirido na tradição familiar é visto nas ações no convívio social. Visando uma educação integradora, a escola deve considerar que incluir interações com a família transmitiria bons sentimentos, de acolhida e (co) responsabilidade na participação social.

O que veicula para que a formação inicial dos docentes não possa constituir conhecimentos acabados e cristalizados, mas instigadores de compreensão dos processos inclusivos para a diversidade, pois o caminho para o conhecimento é longo e de buscas por inovações para aumentar o desempenho do desenvolvimento profissional.

Por conseguinte, além da formação inicial, é indispensável uma formação constante e continuada aos professores, para que contribuam para novas demandas, situações ocorridas no dia a dia. Também, sendo necessário ao professor, conhecer o aluno, sua personalidade, sua comunidade familiar, onde e como vive, suas necessidades individuais educativas, para adequar as formas de ensinar, agir e dialogar com ele, elevando seus índices de aprendizagem e desenvolvimento, promovendo melhores

vínculos e proximidades, e principalmente, para auxiliá-los no processo de inclusão.

González (2002) ressalta que os alunos, sendo preparados para a docência, devem receber uma educação niveladora, onde a informação auxilia a falta de experiência, e que essa preparação seria a base para o desenvolvimento de habilidades, capacidades, métodos e destrezas. É importante também mencionar que para a autora a formação deve incentivar mais os conhecimentos subjetivos, em relação aos conhecimentos objetivos.

Ainda, de acordo com Imbernón:

“A nova formação deveria girar sobre um eixo: a relação teoria - prática educativa. A formação não deveria realizar a tarefa tradicional de transmitir o conhecimento objetivo, mas deveria dar mais importância ao conhecimento mais “subjetivo”, assumindo um compromisso que vai além do meramente disciplinar e técnico para afetar os âmbitos pessoal, cooperativo e social” (1997, apud GONZÁLES, P. 245).

Seguindo esta premissa, o professor tomará medidas, utilizará metodologias de ensino diferentes para diversos alunos, pois não há só uma maneira para que possam aprender.

7. DIVERSIDADE DE VERDADE: UM CAMINHO RUMO AO RESPEITO E À TOLERÂNCIA

A questão da diversidade cultural dentro do contexto da educação precisa ser discutida e refletida no âmbito acadêmico e na realidade fática das escolas. Tradicionalmente, tem-se o monopólio de princípios uniformizadores que anulam a individualidade dos alunos, bem como o diálogo multicultural dos discentes.

Os educandos, enquanto sujeitos do processo de aprendizagem, são dotados de origens diversas e seus aspectos subjetivos devem ser levados em consideração no processo educativo. A educação se dá a partir de seres que estão em um processo de construção, e, portanto, inconclusos (FREIRE, 2014).

No que diz respeito à essa perspectiva processual de formação

humana, deve-se levar em conta os pressupostos culturais da pessoa, responsáveis em grande parte por seus valores subjetivos.

A diversidade cultural deve ser vista como fator fundamental na relação docente-discente e interpessoal dos alunos. Lançar o olhar em direção ao reconhecimento das diferenças e das desigualdades proporciona uma revisão de valores morais e sociais, que só é possível a partir da dialética da intersubjetividade (SILVA, 2011).

A partir disso, o professor, conectado com os pressupostos subjetivos e culturais do aluno, deve agir naquilo que é de interesse deles. O interesse é elemento que se sobrepõe ao esforço e a dedicação, embora sejam importantes também, no processo educacional (GADOTTI, 1992).

Deve-se formar uma escola que compreenda o aluno em seus anseios e seja capaz de apresentar uma educação geradora que contemple a diversidade de alunos e professores, configure um novo espaço profissional, didático, curricular, organizativo e institucional (GONZÁLEZ, 2002).

Rumar o caminho de uma heterogeneidade é fundamental para lograr uma relação dialética culturalista transformadora e aberta. A abrangência desse fenômeno deve partir do particular ao universal. Deve-se fundamentar a importância de uma cultura regional, local, de um grupo específico, que seja conexo aos alunos e ao mesmo tempo chamar atenção para a existência de uma cultura universal que é patrimônio da humanidade (GADOTTI, 1992).

Tal premissa faz com que no diálogo intercultural, nenhuma se mostre como superior e auto-suficiente, uma vez que todas se complementam e se enriquecem. A conciliação entre o direito constitucional e fundamental da igualdade e isonomia, deve estar harmonizado com a relação de diversidade e multiculturalismo na sociedade (GOMES, 2014).

A valorização de grupos étnicos e culturais seletos, na verdade, são uma forma de valorizar os aspectos particulares em vista de uma abrangência universal a qual todos se inserem e convergem sua existência de maneira partilhada.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração estes aspectos conclui-se que, quan-

do o assunto envolve diversidade na educação o olhar deve ser bastante atencioso, muito bem pensado e analisado em toda sua amplitude, visto que ao lidar com pessoas na sua individualidade, necessita-se uma prática construída nos coletivos escolares de maneira positiva e eficiente.

Diante disso, deve-se considerar o aspecto da diversidade cultural como determinante na transformação social de uma educação transformadora. Só é possível uma dialética na prática docente, se a relação com os educandos for em acordo com os pressupostos subjetivos da relação.

Ao estabelecer a importância do respeito às culturas particulares, os alunos compreenderão que a cultura que se dá na diversidade é de uma abrangência universal e se mostra como elemento definidor da espécie humana.

A discussão estabelecida sobre a importância do tema sexualidade na formação de professores e nas escolas é disponibilizar espaço de fortalecimento da diversidade, das garantias dos direitos da pessoa humana, por meio da formação e da educação para a construção de identidades e personalidade à guisa da igualdade, da dignidade e solidariedade social.

Para que a transformação aconteça, mudanças devem ocorrer na prática, e não apenas na verbalização. A escola deve assumir com total responsabilidade seu papel perante a sociedade, com isso, corresponder aos inúmeros eu's, compostos por uma singularidade que se refuta aos demais, na medida em que se comunicam e redescobrem-se socialmente.

REFERÊNCIAS

ALCUDIA, R. et al. **Atenção à diversidade**. Vol3. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANANIAS, N. T. **Uma perspectiva de análise para o livro didático de história**. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_1760.pdf>, Acesso em: 01 de jul. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. SEF - Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

FREITAS, F. S. **A diversidade cultural como prática na educação.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

DAYRELL, J. T. **A escola como espaço sócio-cultural.** Disponível em: Acesso em: 27 maio 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, M. **Diversidade Cultural e educação para todos.** Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GOELLNER, S. V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, p.71-83, mar. 2010. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/984>>. Acesso em: 13 maio 2017.

GOMES, W. W. A diversidade cultural e o direito à igualdade e à diferença. **Revista Observatório da Diversidade Cultural**, Belo horizonte, vol. 1, n. 1, 2014.

GONZALEZ J. A. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**, trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUSMÃO, M. M. Desafios da diversidade na escola. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 9-28, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9158>>. Acesso em: 13 maio 2017.

HANNA, P. C. M. **Diversidade no espaço escolar: indagações ao trabalho docente.** Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2949p.pdf>. Acesso em: 27 maio 2017.

IMBERNÓN, F. **La formación y el desarrollo profesional del profesorado. Hacia una nueva cultura profesional.** In: GONZALES, J. A. T. Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas, trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LADE, M. L. de. **A formação continuada para a diversidade de Juiz de Fora.** Juiz de Fora. jan/dez. 2005. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/15da9534f9ebacb3?projector=1.>>, Acesso em: 03 ago. 2017.

LEITE, L. L.; MAIO, E. R. Gênero e sexualidade na educação infantil e a importância da intervenção pedagógica. In: **Anais EPCT - VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica**, 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/AnaisCH/PEDAGOGIA/06-completo.pdf>, Acesso em: 16 ago. 2016.

MAIO, E. R. **O nome da coisa.** Maringá: UNICORPORE, 2011. 282p.

MAIO, E. R.; CORREA, C. M. de A. **Gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares.** Maringá: Eduem, 2013. 213p.

MOTA, L. T. **Povos indígenas no Paraná: história e relações interculturais.** In: SCHLEUMER, F; O, OLIVEIRA. Estudos étnicos raciais. Bauru: Canal 6, 2009. p. 57-76.

SILVA, M. M. L.; SANTOS, P. S. **Sexualidade e Formação Docente: representações de futuros professores/as de Ciências e Biologia.** Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, 2013. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiiinpec/resumos/R0835-1.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

SOUZA, A. G. et al. **A ética e a pluralidade cultural contribuindo na formação de cidadãos.** Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CC01.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

SEED-PR. Deliberação do conselho estadual de educação. In: SEED-PR. História e cultura afro-brasileira e africana educando para as relações étnico-raciais - série cadernos temáticos. Curitiba: Governo do Paraná, 2006. p. 15-25.

SILVA, A. C. **A Desconstrução da discriminação no livro didático.** In: Ministério da Educação. Superando o Racismo na escola. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005, p. 21-38.

SILVA, C. A.; LIMA, F. M. A. de; TEMÓTEO, A. S. S. G. **Educar na diversidade e a formação de professores**. Parnaíba. jun. 2012. Disponível em: <<https://pibidpedcap.files.wordpress.com/2013/01/educar-na-diversidade-e-aformac3a7c3a3o-de-professores.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

SILVA, N. N. A diversidade cultural como princípio educativo. **Paidéia**: FUMEC, Belo Horizonte, ano 8, número 11, jul-dez, 2011.

Recebido em: 20/01/2018

Aceito em: 28/03/2018